

Guia do Episódio de Cuidado

Apneia Obstrutiva do Sono

Os distúrbios respiratórios obstrutivos do sono (DROS) incluem o ronco, a síndrome da resistência da via aérea superior (SRVAS) e a apneia obstrutiva do sono (AOS). Os principais sintomas noturnos são o ronco e as pausas respiratórias testemunhadas pelo parceiro, e o principal sintoma diurno é a sonolência decorrente da má qualidade de sono apresentada por esses pacientes. A presença da hipóxia intermitente e ativação simpática decorrente dos despertares que sucedem os eventos respiratórios (apneias, hipopneias e despertares relacionados ao esforço respiratório – RERA) apresentados pelos pacientes, são os principais fatores que contribuem para o aumento do risco de doenças cardiovasculares. Além disso, as alterações sobre a arquitetura do sono, levam a prejuízo cognitivo, piora na qualidade de vida e aumento do risco para acidentes de trânsito e de trabalho.

I. ASSISTENCIAL

1. DIAGNÓSTICO

Pacientes com história clinica sugestiva de apneia obstrutiva do sono (AOS): ronco, pausas respiratórias testemunhadas, sonolência diurna excessiva (SDE) não explicada por outras causas, dentre outros. Pacientes que apresentem fatores de risco para AOS: obesidade (IMC — índice de massa corpórea > 35 kg/m² e no pré-operatório de cirurgia bariátrica), doenças cardiovasculares (insuficiência cardíaca congestiva, fibrilação atrial, hipertensão refratária, doença coronariana, acidente cerebral vascular, hipertensão pulmonar, arritmias cardíacas noturnas), doenças metabólicas (diabetes tipo 2) e em populações de risco (por exemplo: motoristas profissionais).

Para o diagnóstico da AOS no adulto, recomenda-se os critérios da Terceira Classificação Internacional dos Distúrbios do Sono - CIDS- 3 (AASM, 2015). Para tal é necessária a presença dos itens (A e B) ou C, descritos abaixo:

No mínimo **uma** queixa de:

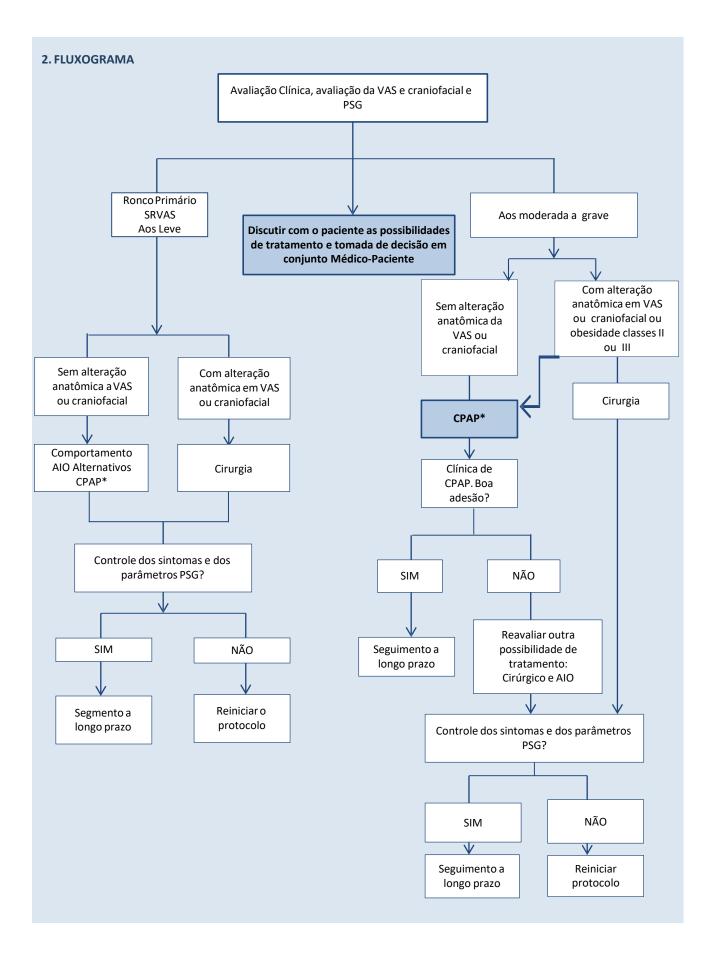
- Episódios de sono não intencionais durante a vigília, SED, sono não reparador, fadiga ou insônia;
- · Acordar com pausas respiratórias, engasgos ou asfixia;
- Companheiro(a) relata ronco alto e/ou pausas respiratórias durante o sono;
- Pacientes com diagnóstico de hipertensão arterial, depressão, alteração cognitiva, doença coronariana, doença cerebrovascular, insuficiência cardíaca congestiva, fibrilação atrial ou diabetes mellitus tipo 2;
- Polissonografia basal (PSG) ou Monitorização Portátil apresentando:
- 5 ou mais eventos respiratórios obstrutivos detectáveis (apneia obstrutiva ou mista e/ou hipopneias e/ou RERA "Respiratory Effort Related Arousal" Despertar relacionado a esforço respiratório) por hora de sono.
- Polissonografia basal ou Monitorização Portátil apresentando: 15 ou mais eventos respiratórios detectáveis (apneia obstrutiva e/ou hipopneias e/ou RERA) por hora de sono. A gravidade da AOS leva em consideração o índice de apneia e hipopneia (IAH) obtido no registro polissonográfico e as repercussões dos sintomas na vida social e profissional dos pacientes (AASM, 1999). Deste modo, a AOS é considerada leve quando o IAH está entre 5 e 15 eventos por hora de sono; e a sonolência diurna ou episódios de sono involuntários ocorrem durante atividades que exigem pouca atenção como assistir televisão, ler ou andar de veículo como passageiro. É considerada moderada quando o IAH está entre 15 e 30 eventos por hora de sono e a sonolência ocorre durante as atividades que exigem alguma atenção como em eventos sociais. É considerada grave, quando o IAH se encontra acima de 30 eventos por hora de sono, e a sonolência ocorre durante as atividades que exigem maior atenção como comer, caminhar, conversar ou dirigir.

Determinantes da doença

- Apesar dos desfechos serem bem consolidados na literatura, a fisiopatologia dessa doença ainda não está bem estabelecida, mas acredita-se que fatores genéticos, funcionais e anatômicos da faringe estariam conjuntamente envolvidos;
- Os principais fatores de risco são: idade mais avançada, sexo masculino, obesidade e alterações da VAS e craniofaciais. Doenças hormonais como hipotireoidismo, acromegalia e menopausa também podem estar.

Apresentação Clínica

 Os principais sintomas noturnos da doença são o ronco e as pausas respiratórias testemunhadas pelo parceiro e o principal sintoma é a sonolência diurna excessiva (SDE).



3. EPIDEMIOLOGIA

Estudos populacionais têm demostrado elevada prevalência mundial da AOS, chegando a 32,9% na população adulta de São Paulo—Brasil acometendo principalmente pacientes do sexo masculino, entre a 4º e 5º décadas de vida. A prevalência tende a aumentar com o avançar da idade e em indivíduos obesos.

4. FATORES DE RISCO

- A AOS aumenta o risco para doenças cardiovasculares e acidentes de trânsito e de trabalho, com impacto desfavorável na qualidade de vida. Os principais fatores de risco para AOS são: idade mais avançada, sexo masculino, obesidade e alterações anatômicas da via aérea superior (VAS) e craniofaciais (hipoplasia da maxila e/ou mandíbula), além de algumas doenças hormonais como hipotireoidismo, acromegalia e menopausa;
- Por ser uma doença multifatorial, de alta prevalência populacional, com alto impacto na qualidade de vida e com aumento
 do risco cardiovascular, sugere-se que esses pacientes sejam avaliados de forma global, através de avaliação clinica,
 antropométrica, exames laboratoriais (metabolismo glicêmico, lipídico e hormonal), avaliação da VAS e craniofacial e
 polissonografia Anexo 1;
- Após uma detalhada avaliação, com estratificação dos fatores de risco e da gravidade da AOS, sugere-se um fluxograma para o tratamento desses pacientes, incluindo a possibilidade de tratamentos clínicos (medidas comportamentais, Anexo 2; tratamento da Obesidade, Anexo 3; aparelhos intraorais AIO, Anexo 4; aparelhos de pressão positiva em via aérea CPAP, Anexo 5; e fonoterapia, Anexo 6); e tratamentos cirúrgicos (cirurgias de VAS, Anexo 7; e craniofaciais, Anexo 8).

5. TRATAMENTO

Medidas comportamentais (evitar uso de medicamentos sedativos, relaxantes musculares e álcool dentre outros), posturais (evitar dormir em decúbito dorsal) e de higiene do sono (Anexo 2), bem como controle de peso, são sempre recomendadas. É recomendado discutir as diferentes possibilidades de tratamento com o paciente e tomada de decisão em conjunto médicopaciente. Uma vez adequadamente diagnosticados e avaliados, recomenda-se o seguinte fluxograma para o tratamento de pacientes portadores de AOS:

Pacientes com AOS moderada a grave:

- A. Para pacientes com AOS moderada a grave que não apresentem alterações anatômicas obstrutivas em VAS e/ou alterações craniofaciais evidentes, recomenda-se tratamento com aparelhos de pressão aérea positiva continua na via aérea (CPAP) (Anexo 5) (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I).
 Para os pacientes que apresentarem adesão satisfatória ao CPAP (uso maior do que 5 horas por noite em 70% das noites) e controle dos sintomas clínicos e dos parâmetros polissonográficos, recomenda-se seguimento multidisciplinar a longo prazo. (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I).
 Para os pacientes com adesão insatisfatória ao CPAP ou que se recusarem ao tratamento, sugere-se reavaliar a possibilidade de tratamento cirúrgico* (Anexos 7 e 8) ou com aparelhos intraorais de avanço mandibular (AIO) (Anexo 4). Sugere-se a realização de nova PSG de controle após pelo menos 3 meses do tratamento cirúrgico ou no término da instalação do AIO (Nível de evidência C OE, Nível de recomendação classe II b). Se houver controle dos sintomas clínicos e dos parâmetros polissonográficos, sugere-se seguimento a longo prazo, caso contrário, recomenda-se reiniciar o protocolo.
 - Nota: nos casos de AOS grave sem alterações anatômicas evidentes, onde o paciente não apresenta adesão satisfatória ou recusa o tratamento com o CPAP; o avanço maxilo-mandibular (Anexo 8) (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I).
- B. Para pacientes com AOS moderada a grave com alteração anatômica obstrutiva em VAS e/ou craniofacial evidente ou com obesidade, existe a opção além da recomendação do tratamento com CPAP (Anexo 5), do tratamento cirúrgico para controle da obesidade (Anexo 3) (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I) e/ou do sítio/sítios anatômicos acometidos (Anexos 7 e 8) (Nível de evidência A a C, Nível de recomendação classe I e II a e b). Sugere-se nova PSG de controle no mínimo após 3 meses de pós-operatório para cirurgia de VAS; e 6 meses para cirurgia bariátrica e craniofacial (Nível de evidência C OE, Nível de recomendação classe II b). Se houver controle dos sintomas clínicos e dos parâmetros polissonográficos, sugere-se seguimento a longo prazo, caso contrário, recomenda-se reiniciar o protocolo.

Pacientes com ronco primário, SRVAS e AOS leve:

Para pacientes com ronco, SRVAS e AOS leve, sem alterações anatômicas em VAS e/ou craniofaciais, que não apresentaram controle com as medidas comportamentais (Anexo 2), são recomendados os seguintes tratamentos: aparelhos intraorais de avanço mandibular (Anexo 4) (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I) e tratamentos alternativos (fonoterapia [Anexo 6], tratamento para doença do RGE, reposição hormonal na menopausa, tratamento medicamentoso) (Níveis de evidência B e C, Nível de recomendação classe II a e b). O tratamento com CPAP é opcional (Anexo 5) e pode ser indicado nos casos refratários ou caso o paciente prefira essa modalidade de tratamento (Nível de evidência A, Nível de recomendação classe I) . O desfecho de tratamento é preferencialmente feito pelo controle dos sintomas clínicos nos casos leves, sendo recomendado a PSG em casos selecionados ou a critério clínico (por exemplo: manutenção de sintomas, presença de dessaturação da oxihemoglobina na PSG basal, comorbidades, dentre outros).

Se houver controle dos sintomas clínicos e polissonográficos, recomenda-se seguimento a longo prazo (Nível de evidência C – OE, Nível de recomendação classe II b); caso contrário, recomenda-se reiniciar o protocolo. Para pacientes com ronco, SRVAS e SAOS leve, com alteração anatômica em VAS ou craniofacial: além dos tratamentos já expostos (AIO, tratamentos alternativos e CPAP), é possível o tratamento cirúrgico do sítio/sítios anatômicos acometidos (Anexo 7 e 8) (Nível de evidência A a C, Nível de recomendação classe I e II a e b);

O desfecho de tratamento é preferencialmente feito pelo controle dos sintomas clínicos nos casos leves, sendo recomendado a PSG em casos selecionados ou a critério clínico (por exemplo: manutenção de sintomas, presença de dessaturação da oxihemoglobina na PSG basal, comorbidades, entre outros). Se houver controle dos sintomas clínicos e polissonográficos, sugere-se seguimento a longo prazo; caso contrário, recomenda-se reiniciar o protocolo.

II. INDICADORES DE QUALIDADE

- · Apneia;
- · Sono;
- · Obesidade;
- Tratamento.

III. GLOSSÁRIO

VAS: Vias Aéreas Superiores

III. HISTÓRICO DE REVISÃO

29/10/2025 - Unificação com Einstein Goiânia

IV. Referências Bibliográficas

- [1] American Academy of Sleep Medicine. Sleep-related breathing disorders in adults: recommendations for syndrome definition and measurement techniques in clinical research.
- [2] The Report of an American Academy of Sleep Medicine Task Force. Sleep. 1999;22(5):667-89.
- [3] (Young et al., 2008; Lévy et al., 2009
- [4] Martinho et al., 2008
- [5] Oliveira MC et al. 2015

Anexos

Protocolo Apneia Sono Anexo I

Protocolo Apneia do Sono Anexo II

Protocolo Apneia do Sono Anexo III

Protocolo Apneia do Sono Anexo IV

Protocolo Apneia do Sono Anexo V

Protocolo Apneia do Sono Anexo VI

Protocolo Apneia do Sono Anexo VII

Protocolo Apneia do Sono Anexo VIII

Protocolo Apneia do Sono Anexo IX

Código Documento: CPTW73.4	Elaborador: Fernanda Louise Martinho Haddad	Revisor: Mauro Dirlando C de Oliveira	Aprovador: Andrea Maria Novaes Machado	Data de Elaboração: 20/04/2021	Data de Aprovação: 29/10/2025
				Data de Revisão:	
				29/10/2025	